

EVOLUÇÃO, ESTÁGIO E CARACTERIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS NO ESTADO DO PARANÁ

Jorge Zbigniew Mazuchowski (1)

RESUMO - A família rural, devidamente capacitada para se organizar e produzir com eficiência, poderá substituir e/ou complementar os recursos e serviços necessários para o desenvolvimento rural, porque o Estado não está em condições de fornecê-la a todos os produtores rurais do país. Hoje, mais do que nunca, é necessário garantir a participação das famílias rurais na solução de seus próprios problemas, para que elas compartilhem com o Estado dos esforços encaminhados para esse fim. Para conseguí-lo, é necessário alargar seus horizontes de maneira que possam reconhecer suas potencialidades, descobrir seus meios de produção, compreender as vantagens da introdução de tecnologias adequadas e disponíveis, além da conveniência de associar-se com seus vizinhos, para encontrar formas realistas de encarar a sua situação. Especificamente no campo florestal, verifica-se que o trabalho com empresas florestais é extremamente acelerado; é fácil a definição dos problemas, de metas e das limitantes operacionais. Nesse caso, a geração e transferência de tecnologia são rapidamente implementadas, constituindo a silvicultura industrial. Por outro lado, quando se pretende transferir estas tecnologias aos pequenos produtores, inúmeros entraves existem para sua efetiva adoção - poder de intervenção do agricultor, nível sócio-cultural, acesso limitado aos instrumentos facilitadores de adoção, pouco domínio das técnicas silviculturais, desconhecimento do mercado florestal, entre outros.

1. PAPEL DA EXTENSÃO RURAL

Na ação extensionista, pressupõe-se que a percepção e a interpretação dos técnicos está baseada no conhecimento científico (saber acadêmico), enquanto a dos produtores rurais é norteada pelo conhecimento adquirido através da experiência e difusão no meio rural (saber popular ou prático).

Apesar de distintos, são saberes complementares. Em decorrência, a participação dos produtores e técnicos, permitirá exercitar a reflexão, o raciocínio, a inteligência, a imaginação e a criatividade para proposição de alternativas aos problemas do sistema de produção e/ou das relações sociais.

(1) Engenheiro Agrônomo, Coordenador do Programa de Desenvolvimento Florestal na EMATER-Paraná.

Através do diálogo, ou seja, da comunicação recíproca, parte-se do particular ao geral, do individual ao coletivo, do imediato ao mediato, do percebido ao não percebido, do simples ao complexo.

É imprescindível que a postura, adotada pelos Extensionistas Rurais, seja a de proporcionar meios para que as pessoas se organizem em torno da preocupação clara dos seus problemas e da procura ativa por soluções adequadas, respeitando sempre os valores e as tradições dos grupos envolvidos.

2. A EXTENSÃO RURAL E OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

A instrumentalização da Extensão Rural efetuada pelos múltiplos modelos de desenvolvimento implantados na América Latina, nos últimos anos, desvirtuou a sua principal atribuição - valorização do homem visando o seu desenvolvimento integral.

Na década de 50 foi implantado o Modelo de Impacto Urbano-Industrial, supondo que se poderia solucionar indiretamente a situação do meio rural através do crescimento da indústria e das cidades. Foi quando surgiu a Extensão Rural no Brasil, com o início da transferência de tecnologia ao meio rural.

Na década de 60, o Modelo de Insumos de Alta Rentabilidade, através do acesso a sementes melhoradas, fertilizantes, pesticidas e reprodutores, tratou de aumentar a produção agrícola. Tratou-se do Desenvolvimento Induzido, com preços subsidiados, isenção de impostos, créditos especiais, fomento a exportações. As avaliações indicaram resultados não tão auspiciosos conforme previstos.

A partir dos anos 70, foi implementado o Modelo de Pesquisa - Difusão de Tecnologia, que beneficia mais à agricultura capitalizada, às agroindústrias e às instituições financeiras, e indiretamente aos fabricantes e distribuidores de insumos. Esta difusão de caráter vertical (de cima para baixo) teve êxito relativo, porém impossível de estender a todos os agricultores, pelo seu alto custo.

Ao constatar-se a ineficiência dos Modelos Paternalistas, foram concebidos Modelos Participativos onde os produtores tomam consciência dos problemas que lhes afetam e encontram por si mesmos as soluções adequadas as suas realidades. Tal posicionamento exige dos extensionistas uma capacitação adequada, com conhecimento da realidade rural e perspicácia dialógica. Em decorrência, é imprescindível o fortalecimento do serviço extensionista para ampliar sua abrangência operacional, adequar métodos e meios para difusão tecnológica, e observar as reais possibilidades e necessidades da maioria das famílias rurais.

3. COMPONENTES BÁSICOS DA AÇÃO EXTENSIONISTA

Como já se mencionou, o objetivo fundamental de Extensão Rural pode ser considerado como a “valorização do homem rural visando o seu desenvolvimento integral”.

O desenvolvimento integral do homem não deve ser entendido apenas no seu sentido restrito, isto é, em relação à pessoa isolada, mas ao contrário, objetivando o envolvimento da população rural no processo de desenvolvimento do País, por meio de uma atuação junto ao indivíduo e a comunidade, empregando uma metodologia de assistência técnica silviagrícola, associada aos conceitos de organização comunitária, cooperativismo, associativismo, crédito rural, melhoria dos padrões alimentares, educação, agroindústria, mercado e comercialização, alternativas agroflorestais.

Em decorrência, os componentes básicos de uma ação extensionista são constituídos por 3 grandes itens: geração e transferência de tecnologia, metodologia e comunicação, organização rural.

3.1. Geração e Transferência de Tecnologia

Os extensionistas dos diferentes níveis de atuação (municipal, regional ou estadual) devem dominar a tecnologia necessária à mudança da realidade em seu campo de atuação.

As tecnologias de natureza econômica (tecnologia agrossilvopastoril e gerencial) e de natureza social, devem ser realmente úteis ao público trabalhado. Deverão constituir-se em melhoramentos econômicos e/ou sociais.

Atualmente, as fontes de captação de tecnologias a serem difundidas são os centros de pesquisa. Tão importante como o conhecimento das informações de Pesquisa, são os conhecimentos do extensionista rural e do produtor, fruto da observação crítica e da experiência de ambos.

Para que haja real adoção de tecnologia, os pesquisadores, os extensionistas e os produtores devem estar iguados no papel de agente de mudanças. Devem atuar juntos e trocar conhecimentos, um aprendendo com o outro.

O extensionista deve preocupar-se não só com a difusão, mas com a geração de tecnologia junto aos pesquisadores, adquirindo assim a convicção para difundí-la. Além disso, torna-se de fundamental importância a participação ativa do produtor rural no diagnóstico situacional, na identificação dos problemas e na geração tecnológica, embasado numa comunicação recíproca com pesquisadores e extensionistas.

3.2. Metodologia e Comunicação

Os métodos de trabalho (individuais, grupais e massais) devem atender ao princípio básico da educação. O diálogo e o sentido crítico devem ser usados com as verdadeiras técnicas de comunicação.

Técnicos e produtores, devem ser agentes da mudança tecnológica. Ambos devem pensar e analisar a realidade, atuando sobre ela para modificá-la. Em outras palavras, a capacitação técnica se realiza quando, através dela, também se educa. Isso acontece quando, paralelamente à incorporação de adequadas práticas (florestais, agrícolas ou zootécnicas), a capacitação contribui para ampliação da consciência dos produtores quanto ao seu papel no desenvolvimento.

O técnico que supõe conhecer a essência do problema, deve produzir o diálogo com o produtor, e jamais dar o “salto direto”, objetivando transmitir a sua verdade. Em outras palavras, educação e participação devem nortear a comunicação entre os dois agentes, produtor e extensionista, os quais atuando sobre uma realidade, modificam-se.

A metodologia individual, grupal e massal deve ser combinada, visando abrangência de público e eficácia do trabalho, de forma a justificar a importância social da Extensão Rural.

3.3. Organização Rural

A organização rural deve ser uma das formas de reduzir a extrema atomização dos produtores, particularmente os pequenos e médios, fato que leva-os à sua cada vez maior marginalização.

Preconiza-se a organização rural não como um método de trabalho com grupos, mas como uma estratégia de desenvolvimento técnico, econômico, cultural e sócio-político dos produtores. Em decorrência, deverá assumir múltiplas funções, seja visando a transferência de tecnologia e/ou possibilitando a solução de problemas ligados a insumos, serviços, comercialização e aspectos de ordem social.

Os produtores serão organizados em função dos problemas, aspirações e interesses comuns. Cada organização grupal congregará preferencialmente uma categoria de público. A maturação de trabalhos com grupos poderá levar à formação de organizações societárias, com possibilidades mais amplas de solucionar entraves a nível de município ou região (cooperativas, sindicatos, sociedades rurais, associações, etc.)

4. VISÃO SISTÊMICA DO MEIO RURAL

Uma análise da importância dos recursos florestais nos sistemas agrários (corresponde ao funcionamento dos diferentes elementos no espaço agrícola) fornece uma visão geral e abrangente, imprescindível para o entendimento da realidade regional. Em particular, a maior ou menor cobertura florestal de uma determinada região é o reflexo direto do grau de evolução dos sistemas agrários existentes e do seu funcionamento. Numa perspectiva de desenvolvimento rural integrado, a atividade florestal é um setor de vital importância. Fora do setor florestal é insuficientemente conhecida. O diagnóstico florestal torna-se imprescindível para o correto planejamento de ações de fomento e/ou extensão rural junto aos produtores de uma microbacia ou região.

Por outro lado, o conceito de desenvolvimento rural integrado pressupõe a existência de um nível de integração dentro do sistema. No referente a desenvolvimento florestal integrado, trata-se da integração da atividade silvicultural dentro dos sistemas de produção vigentes a nível das propriedades rurais.

Um sistema agrário dominado pela prática de roçadas e queimadas (agricultura itinerante), sobre solos fracos, caracteriza-se por uma baixa densidade populacional e pelo predomínio de capoeiras na paisagem do meio rural. Por sua vez, um sistema agrário que tenha predomínio de médias propriedades, com mecanização das atividades agrícolas, sobre solos de fertilidade alta, implica na existência de forte pressão sobre os recursos florestais, acarretando a existência de pequenos remanescentes sem valor comercial e/ou de preservação, aliado à pressão sobre as terras marginais.

A compreensão da forma com que os recursos florestais contribuem ou poderiam melhor contribuir nos sistemas de produção existentes, permite ao extensionista rural iniciar o seu trabalho técnico para introdução e/ou melhoramento de práticas florestais e/ou agroflorestais.

4.1. Problemas Básicos para Difusão de Tecnologias Florestais

Em função da experiência acumulada pela EMATER-Paraná, a nível do setor florestal desde 1978, e particularmente com o Programa de Desenvolvimento Florestal Integrado-PDFI a partir de 1987, desejamos analisar alguns pontos na busca de soluções para a difusão de tecnologias de forma integrada.

Estabelecendo como premissas básicas ou bases filosóficas do desenvolvimento rural, aos 5 pontos de incremento da atividade florestal, para a viabilização de sistemas agroflorestais no Paraná, temos que:

- Estimular a produção de um produto florestal significa a geração de renda, fato que nos leva à necessidade de **caracterizar os consumidores**. Não podemos produzir meramente pelo prazer de produzir.
- Deve haver uma destinação, seja de caráter ambiental ou com aspectos claramente de produção mecânica. Na experiência paranaense, iniciada em 1978, através do ITCF (atual IAP) e da EMATER-Paraná (antiga ACARPA), durante 10 anos foi muito forte o enfoque meramente de restauração florestal. O que aconteceu em termos de integração, nesse período? Na prática perderam-se 50% das mudas produzidas, antes de atingirem a fase adulta, isto porque estávamos desenvolvendo a **educação silvicultural, por pressão governamental**.
- Existia a **lei que deveria ser cumprida**, mas não foi respeitada, e o produtor dizia: “Se vocês querem cumprir a lei, nas faixas limites dos riachos, elas estão a disposição; plantem porque eu não tenho interesse em fazer isso”.
- **A visão do produtor foi eminentemente capitalista**, na linha de geração de produtos de exportação. Assim, o processo de difusão de tecnologia e de informação deverá considerar a história do processo de formação do homem rural.
- Quando começamos a desenvolver o raciocínio de que a floresta pode fazer parte de um **sistema agrossilvopastoril, surgiram necessidades microrregionais**, de acordo com a característica de cada região do Estado do Paraná, determinando a presença de ações de assistência técnica e extensão rural, de modo diferenciado e específico.

Em decorrência, diversos problemas e em vários níveis delinearam-se. O mais crítico, foi a questão da ignorância da tecnologia, em que pese o termo ignorância não ser aceito por muitos.

a) Ignorância sobre tecnologias florestais

Muitos técnicos e produtores rurais desconhecem as espécies/variedades florestais, bem como, as características inerentes a cada uma delas. Situação típica e marcante é quando se fala de eucalipto, uma vez que no meio rural considera-se o gênero sendo questão final (ninguém fala de espécies e de suas diferenciações).

Nos aspectos referentes a obtenção de sementes florestais, situações incríveis são encontradas. Há necessidade de orientações técnicas especializadas visando a obtenção de avanços genéticos e/ou de produtividade, bem como, nos processos de coleta das sementes a partir de árvores-matrizes.

Quando pensa-se em manejo silvicultural por espécie florestal, aí então estamos frente ao “bicho-papão”, uma vez que não existe tradição silvicultural no meio rural. Há necessidade de superar-se a questão junto aos profissionais militantes no setor agrário, pois o Paraná é reconhecido internacionalmente pelas atividades agrícolas, em que pese a alta relevância do setor florestal em sua história. Em decorrência, para um Estado que reduziu sua cobertura florestal de 80% para cerca de 5%, em apenas quarenta anos, existe a brusca mudança de postura do setor público. No início era derrubar para plantar, e hoje, pode cortar em determinados locais ou com certas regras, uma vez que é necessário madeira para os mourões de cerca, construções rurais, caixotaria para produtos olerícolas e assim por diante.

b) Desinformação técnico-operacional

Em que pese algumas pessoas não aceitem o uso da palavra ignorância, devemos entendê-la como o desconhecimento ou a desinformação, seja de tecnologias ou de procedimentos técnico-operacionais, do extensionista que não sabe das atividades, dos fiscais ambientalistas e vice-versa, do produtor que desconhece os trabalhos de pesquisa, do currículo escolar não compatível com as necessidades da realidade do produtor e/ou microrregiões do Estado, a legislação profissional incompatível com a necessidade do produtor ou restritiva na sua execução. Consequentemente tem-se baixos índices de difusão.

c) Pouca integração entre órgãos setoriais

Para complicar a situação de uma proposta de difusão florestal, existe uma baixa integração entre os órgãos de pesquisa/universidade/ extensão rural/assistência técnica/ fomento florestal/fiscalização. Felizmente, a partir de 1987, o PDFI teve contribuições das instituições envolvidas no projeto FAO, ampliando-se significativamente com a execução do Projeto Alternativas Agroflorestais, a partir de 1989.

Levando em conta que o Estado do Paraná vem desenvolvendo, desde 1975, um processo de restauração do meio ambiental, através dos programas de conservação de solo e água, onde um dos elementos é a atividade florestal, fica bem caracterizado que o aspecto de envolvimento de lideranças é de capital importância (lideranças do meio rural e suas entidades). Porque há necessidade dos líderes apoiarem as ações de organismos específicos, para conscientização das ações em microbacias.

Quando falamos em difusão de tecnologia, surge um grave problema - às vezes temos respostas para uma região, mas não para outra, por serem necessidades de características técnicas diferentes. Um ótimo exemplo é o do eucalipto; na região sul do Paraná a regra é dispormos apenas da espécie **Eucalyptus viminalis**; por outro

lado, na região noroeste do Estado, existe maior número de alternativas a oferecer. Contudo, ocorre um grave limitante que é a disponibilidade de sementes das espécies alternativas, todas em pequenas quantidades frente a demanda existente.

Como extensionista, você tem um choque da informação disponível com a realidade para viabilização da proposta. Como efetuar a difusão de uma tecnologia alternativa que na prática realmente estará disponível daqui a 10 anos? A quem cabe tomar esta decisão? Unilateralmente a extensão rural, ou o fomento, ou a pesquisa? Ou a resposta estaria numa decisão integrada e conjunta?

4.2. Programa de Desenvolvimento Florestal Integrado - PDFI

A partir de 1987, após uma série de discussões, com diversos setores ligados à questão florestal e ambiental no Estado, passamos a implementar o Programa Integrado de Florestas do Paraná - PDFI, o primeiro programa florestal do Estado.

O PDFI é sub-dividido em 3 subprogramas:

- a) Subprograma de Unidades de Conservação, contendo dois projetos (Manejo de Unidades de Conservação e Implantação de Unidades de Conservação).
- b) Subprograma de Defesa e Preservação, contendo 4 projetos. O Projeto Educação Ambiental é básico para a execução de qualquer atividade na área em que atuamos. O Projeto Recomposição de Florestas de Proteção está atrelado ao Programa de Manejo Integrado de Solos e Água - PMISA, também desenvolvido pela SEAB e suas vinculadas, a nível de microbacias hidrográficas. O Projeto Desenvolvimento da Fauna foi o que apresentou o desempenho mais fraco, uma vez que seu objetivo é retirar o romantismo da questão de fauna silvestre, viabilizando aspectos sociais e econômicos. Finalmente, o Projeto de Flora e Fauna, ação desenvolvida mediante delegação de competência do IBAMA, pelo ITCF em conjunto com outras instituições, como o Batalhão de Polícia Florestal e o próprio IBAMA.
- c) Subprograma do Programa de Produção Florestal, composto de 3 projetos no campo de reposição florestal. O Projeto Energia atua basicamente com eucalipto (são utilizadas 9 espécies a nível estadual) e com a bracatinga (basicamente na região de ocorrência natural e especialmente na RMC). No Projeto Madeira, além de espécies de crescimento rápido, como o próprio eucalipto e o pinus, as espécies nativas de maior valor econômico, como a Araucária, são utilizadas. E o Projeto Erva-Mate, por ser uma alternativa importante e muito interessante na renda das pequenas propriedades rurais, especialmente.

Na execução do PDFI, a SEAB desenvolve as ações através de seus órgãos

vinculados. Assim, através do ITCF efetua-se o fomento, incluindo a produção de mudas através de uma rede de viveiros instalados no Estado, e mais de 100 viveiros conveniados com os municípios, cooperativas e outras entidades. Para tanto, tem uma estrutura de coleta de material para a produção das mudas, com duas equipes de coleta de sementes, um laboratório de sementes e trabalhando basicamente com espécies nativas (no município de Engenheiro Beltrão), além de outro laboratório em fase de instalação (em Curitiba). A EMATER atuando na assistência técnica aos produtores, motivando, cadastrando e iniciando um trabalho na área florestal, na área de pesquisa. Além disso, foi envolvida a CODAPAR num trabalho inédito, pela criação de um fundo para financiamento de projetos e/ou atividades municipais ou comunitárias.

Por outro lado, com o início do Programa Paraná Rural a partir de 1989, com recursos oriundos do Banco Mundial (BIRD), financiando diversos investimentos, o PDFI reformulou sua estratégia. Assim, a mais significativa consiste na eliminação gradativa do aspecto de gratuidade das mudas fornecidas aos produtores rurais, os quais doravante passam a pagar seu preço de produção, particularmente das espécies florestais com retorno econômico.

Na execução do PDFI, diversos problemas foram enfrentados e alguns equacionados. Na área de reflorestamento com eucalipto, na verdade temos entraves, como de obtenção do material genético, para a implantação de reflorestamentos. Por exemplo, trabalhando na região sul com *Eucalyptus viminalis*, de procedência não adequada para o Paraná, ou melhor, de procedência ruim, de Canela-RS. Existem informações da pesquisa de que teríamos outras opções para plantio em clima frio (*Eucalyptus dunnii*, *Eucalyptus viminalis* de outra procedência), porém não existe o material para a produção de mudas dessas espécies e não existe disponível no Brasil em quantidade.

Numa avaliação do programa florestal para o Estado, ou um aprimoramento deste programa que foi conduzido até aqui, teríamos que repensar muito o papel do Estado. Existe um consumo no Paraná, para fins energéticos, para a produção de papel e/ou celulose, processamento mecânico de madeira, e esse consumo deve começar a ser assumido pelos consumidores.

Quem consome? Aquelas entidades que tem sua atividade econômica com base na floresta, onde ela é o insumo principal para o seu funcionamento; a implantação e a manutenção de florestas para implantação da empresa, precisa ser perenizada.

O Estado durante muito tempo vem auxiliando essas empresas, apesar de que o apoio era dirigido ao produtor rural. Mas, a medida que se coloca a floresta para o produtor rural, se privilegia ao consumidor de produtos florestais, e em decorrência, força-nos a repensar o processo de reposição - quem consome precisa plantar o equivalente ao que consome.

Uma outra questão que é necessário reavaliar, é a da regionalização dos projetos do PDFI. Embora informalmente tenhamos o programa regionalizado, ele precisa ser formalmente regionalizado e ter definido as estratégias operacionais para cada uma das regiões do Estado.

Da mesma forma que o Brasil, o Estado do Paraná apresenta enormes diferenças entre suas regiões fisiográficas, com realidades totalmente distintas entre as mesmas. Necessitamos adotar estratégias operacionais diferenciadas para cada uma das regiões paranaenses. Daí, o que vai nos auxiliar bastante, é o Projeto Alternativas Agroflorestais, que está sendo desenvolvido no contexto do Paraná Rural, atendendo características microrregionais, seja a nível de produtor e consumidor, bem como, a nível das lideranças e potencialidades por produto.

5. ALTERNATIVAS AGROFLORESTAIS

Ao desenvolver uma atividade agroflorestal junto ao meio rural, raciocinando em termos do desenvolvimento do homem, três grandes aspectos devem ser considerados simultaneamente:

- Manutenção do equilíbrio ecológico.
- Garantia e/ou aumento da oferta de produtos florestais para consumo local e/ou microrregional.
- Melhoria dos benefícios derivados pelos usos industriais da madeira.

Não há condições de pensar-se em agrossilvicultura, para que realmente se tenha opções de renda ao produtor rural, enquanto não sejam equacionados os aspectos legais e institucionais, as questões de mercado e a garantia de preços.

Consequentemente, como a sociedade brasileira, de uma forma geral, não tem tradição no setor florestal, mas apenas exceções são encontradas, constitui um aspecto fundamental para efetuar-se uma atividade florestal de fomento, difusão de tecnologia ou uma alternativa de renda.

Apesar do Estado do Paraná ter um trabalho voltado particularmente à pequena e média propriedade rural através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, foi a partir de 1978, que realmente iniciou-se o esforço para reversão do processo da falta de tradição florestal.

Num Estado como o Paraná, onde o uso agropecuário do solo é predominante, a introdução, melhoramento e/ou difusão de alternativas agroflorestais deve ser pensado

prioritariamente em termos de integração da atividade florestal na propriedade rural. Nesse sentido, a agrossilvicultura representa o grau de integração mais íntimo entre as atividades florestais e agropecuárias.

Um plano de ação deve estabelecer regiões prioritárias de atuação, baseadas em critérios básicos prévios:

- Existência de mercados regionais ou polos extra-regionais que possam absorver uma produção florestal crescente.
- Existência de uso inadequado do solo, implicando em fenômenos de superexploração e má conservação dos solos, bem como, na subutilização do fator terra.
- Predomínio de pequenas e médias propriedades que podem vir a ser economicamente beneficiadas pelo plano.

Através de estudos de mercado e comercialização, da caracterização dos sistemas de produção regionais e de atividades de pesquisa/extensão sobre espécies potenciais para agrossilvicultura, deverá definir os nichos para viabilização de alternativas junto ao público-meta, identificando grupos homogêneos de propriedades.

Com base na esquematização da situação florestal e agrária do Estado, esboçada anteriormente, propõe-se a implantação da priorização regional, para o que identificam-se as atividades básicas.

A fim de que os resultados sejam duradouros e passíveis de extrapolação é básica a união dos produtores para solução de problemas comuns, assentada na participação e na organização comunitária.

As formas de organização devem surgir como uma necessidade real para resolver problemas concretos e pontuais que afligem aos agricultores individualmente e às suas comunidades rurais.

As sementes da organização rural estão nas próprias comunidades e, somente a partir delas, poder-se-á acelerar seu desenvolvimento, respeitando sua cultura e suas tradições além de executar ações específicas com as mesmas.

O esforço estatal deve limitar-se a estimular e facilitar todas as formas de organização rural (papel básico da Extensão Rural), de modo que sua legalização e funcionamento sejam processos simples e desburocratizados, ao alcance dos produtores rurais, atuando como força catalizadora através de seus agentes promotores.

O esforço para desenvolver o agro deve basear-se no binômio *tecnificação/organização*, porque nem a *tecnificação* por si mesma, nem a *organização* isoladamente, lograrão melhorias nos ingressos das famílias rurais, de forma significativa. Este binômio é indissociável.

De pouco servirá *tecnificar* a agricultura para obter melhores rendimentos se os insumos são adquiridos a preços elevados e os produtos são vendidos a preços baixos. Ao contrário, de pouco servirá *organizar* os produtores rurais para que comprem mais barato seus insumos e vendam melhor seus produtos, se os custos de produção são muito elevados em virtude de tecnologias inadequadas que eles adotam no processo produtivo.

A *comercialização* da produção e a *distribuição* de insumos são funções que, geralmente, se entavam pela via estatal quando não estão solidamente assentadas sobre uma base comunitária. Quando os agricultores não estão organizados, a ação do Estado para chegar a cada produtor, em separado, não pode ser eficiente e acentua seu paternalismo.

A *organização* grupal facilita o trabalho dos agentes de Extensão Rural e reduz seus custos operacionais, mas os produtores organizados devem compreender a importância da união para consecução de objetivos comuns, gerando meios para criar empregos no meio rural, através de agroindústrias comunitárias, associações de produtores e/ou cooperativas.